

A Escola Rural em Espanha na primeira fase do franquismo (1939-1951)

José Maria Hernández Díaz*

Após a guerra civil espanhola (1936-1939), durante os anos de 1939 a 1951, assistimos em Espanha a um período de dura repressão contra todas as manifestações educativas republicanas, socialistas e de esquerda. Ao mesmo tempo, por razões de isolamento face ao exterior, de sobrevivência económica, e de construção ideológica e política do novo Estado fascista, a Espanha ruraliza-se. A escola rural vai ocupar, durante estes anos, um lugar central e de relevo no novo modelo educativo do regime de Franco. Será o coração da nova educação fascista.

Palavras-chave

Educação; Espanha; Estado
fascista; escola rural

* Universidade de Salamanca

Tradução da língua castelhana
Rita Alonso

Revisão científica
Manuel Tavares

Introdução

O início da ditadura franquista, em 1936 (numa parte de Espanha), assim como o final da guerra, em 1939 (em toda a nação), conduzem a profundas alterações no conjunto da sociedade espanhola, quer na sua vida quotidiana, quer nos modelos educativos e nas instituições que os difundem. Assinala-se, com mais evidência, o ensino primário, quer no meio urbano quer no rural.

Desde 1900, que se assiste, em Espanha, a um processo de criação de escolas primárias, necessárias para a alfabetização da população, processo especialmente intenso durante a II República (1931-1936). Ao mesmo tempo, a sociedade espanhola participa noutra movimento, de perfil mais pedagógico, de modernização pedagógica, que podemos resumir ao incremento dos graus de ensino na escola primária urbana, e, muito lentamente, nos ambientes rurais. Face aos tradicionais sistemas organizativos das escolas primárias espanholas do século XIX (simultâneo, mútuo, individual ou misto), nos primeiros anos do século XX começa a lenta reorganização e aposta na graduação escolar, de acordo com critérios utilizados nos países europeus mais avançados e modernos, particularmente os procedentes da III República francesa.

Não obstante, quando se inicia o franquismo, em 1936 (em toda a Espanha, em 1939), o peso das escolas unitárias, específicas do mundo rural, continua a ser muito grande, principalmente nas localidades rurais mais pequenas e dispersas, até então muito abundantes e disseminadas por todo o território espanhol, sobretudo em todo o planalto norte da península e nas ilhas. Além disso, pelas circunstâncias relacionadas com o isolamento político em relação às potências ocidentais, isolamento também derivado da guerra civil e das dificuldades económicas tão duras em que a população vive num clima pós-bélico, de destruição e penúria, a partir de 1939 a sociedade espanhola ruraliza-se novamente, quer por necessidade quer por recomendação política. Assiste-se, assim, a um regresso ao mundo rural, ao campo. O regime político franquista retoma o discurso da ruralidade, como expressão de sobrevivência ideológica (os valores mais profundos do patriotismo e da religião encontram-se nas famílias camponesas), bem como de sobrevivência social e económica, pois, após a guerra civil, não se encontram bens de consumo nas cidades e as pessoas apenas podem sobreviver e pouco mais do que mitigar a fome.

De facto esta é a etapa mais propícia da nossa história educativa contemporânea para fomentar, num modelo de escola rural, os valores conservadores e tradicionais, modelo que passaremos a descrever e a avaliar, e que alcança o seu auge entre 1939 e 1951 mas que, pouco a pouco, se quebra sob a pressão de mudanças demográficas e económicas profundas derivadas do desenvolvimento dos anos sessenta do século XX.

A partir de uma leitura pedagógica, o modelo mais puro da escola rural franquista desenvolve-se na Espanha autárquica dos anos quarenta, até que ocorre

a tímida abertura à Santa Sé e aos USA a partir de 1951. Inicia-se alguma abertura à modernização nos anos cinquenta, mas o início desse modelo escolar primário no meio rural só começa, com alguma timidez, com as reformas curriculares de 1958, acentuando-se em 1965, e legitimando-se, definitivamente, com a grande reforma educativa de 1970. Nos finais do regime franquista, uns anos antes do seu desaparecimento, em 1975, começou em Espanha a substituição e modernização do sistema educativo, principalmente no que respeita à escola no meio rural.

O franquismo, sendo um regime político autoritário do princípio ao fim (1936-1975), procura evoluir nos aspectos económicos e adaptar-se às novas circunstâncias da política externa. Tal atitude traz mudanças mais ou menos profundas e acentuadas na estrutura social, no sistema educativo, e, concretamente, na escola rural. Por isso, parece-nos oportuno distinguir neste momento três períodos definidos na possível história da escola rural durante o franquismo¹.

O primeiro, no início da guerra civil, em 1936, em que boa parte de Espanha está submetida à nova ordem política e ideológico-educativa. Estende-se até 1959, se bem que os primeiros anos, até 1951, são de extrema dureza e crueldade em todos os aspectos da vida quotidiana dos espanhóis. A partir da assinatura dos acordos com os Estados Unidos e com a Santa Sé, desde 1951 até 1959, percebe-se que há uma certa flexibilidade do regime político, uma mudança mais visível na presença de investimentos económicos de empresas estrangeiras, e também sintomas de alterações positivas no sector educativo. É esta primeira etapa do franquismo que estudamos neste artigo, centrando-nos mais especificamente na escola rural espanhola que vai de 1939 a 1951. Os anos cinquenta sugerem outras reflexões, se bem que, quando estudamos a escola rural, verificamos a existência de alguma continuidade relativamente à etapa anterior.

O segundo período do franquismo, no que diz respeito à escola rural, inicia-se em 1959 até à Lei Geral de Educação de 1970. Os anos sessenta do século XX são de forte desenvolvimento, grandes migrações internas de espanhóis que vão do campo para as cidades e até para o exterior, principalmente para outros países europeus. Estes anos representam o início do desmantelamento da sociedade rural tradicional, incluindo a escola rural. São grandes as mudanças que se observam em Espanha, o que nos obrigaria a introduzir outros elementos de análise que superam os limites deste trabalho. Deixamo-lo para outra ocasião.

Já o terceiro período da história da escola rural durante o franquismo é mais curto, mas muito intenso. Surge com a aplicação da Lei Geral de Educação de 1970, que moderniza profundamente o sistema educativo espanhol, mas com efeitos devastadores para as escolas espanholas rurais. Este período acaba com a morte do ditador nos finais de 1975, se bem que os efeitos reais só se sintam nos anos oitenta, atravessando toda a transição política, a promulgação da Constituição de 1978, até alcançar os governos socialistas de Felipe González a partir dos últimos meses de 1982. Esta etapa merece também outro comentário independente e amplo noutra momento e circunstâncias.

I - A escola rural, coração do modelo educativo do franquismo

As primeiras acções educativas dos militares rebeldes em matéria escolar, desde o início do regime franquista, em Julho de 1936, centram-se na perseguição, limpeza e erradicação de qualquer sinal de presença republicana, socialista, comunista ou anarquista nas escolas. Tudo o que tivesse sido influenciado por ideias pedagógicas republicanas, na opinião dos franquistas, estava contaminado e devia ser eliminado das escolas primárias espanholas, para evitar qualquer risco de contágio das almas infantis. Foi por isso que os primeiros anos do regime franquista foram especialmente rigorosos, sangrentos e propícios à perseguição, quer no que diz respeito a livros nas bibliotecas e a modelos e práticas pedagógicas inovadoras, quer, e em especial, na procura e captura de professores que tivessem tido qualquer contacto com sindicatos de esquerda, ou com correntes pedagógicas inovadoras como as de Celestin Freinet.

Estas práticas de repressão e depuração foram aplicadas a escolas primárias urbanas e rurais, aos institutos do ensino secundário e às universidades, sem qualquer discriminação. Todavia, como a maioria das escolas na Espanha dos anos trinta e quarenta, e a grande maioria dos professores eram professores do ensino primário, o peso da repressão e da depuração franquista recaiu, sem dúvida, com maior magnitude na escola rural. As consequências eram a prisão, a erradicação, julgamentos político-ideológicos sumaríssimos, o exílio de professores, a limpeza de bibliotecas escolares e o desmantelamento total do projecto pedagógico republicano ².

Aniquilado e erradicado qualquer sinal visível da escola republicana, chegou o momento de elaborar e impor outro modelo diferente de escola rural, de acordo com as propostas do novo regime franquista.

Com especial impetuosidade e zelo, o franquismo deseja impulsionar uma escola rural essencialmente conservadora e hierárquica, sem impurezas, carregada de significado ideológico. A escola rural dessa Espanha interior, então profunda, católica, conservadora, rural, é a que deve ser considerada como a depositária das essências nacionais, face a toda a intromissão estrangeira contaminada por fragilidades e por ideias liberais. Da mesma forma que a economia tende a ser essencialmente rural para que os espanhóis possam, durante a guerra e no período pós-guerra, sobreviver à fome e à miséria, o modelo de escola que se premeia e apoia por decisão das instâncias superiores do regime franquista é também o da escola rural. Salientamos que estamos a referir-nos às escolas rurais até 1951, porque, timidamente, desde os anos cinquenta, o movimento começa a inverter-se, em todos os graus de ensino, quer no mundo rural quer urbano, sobretudo nos anos sessenta e setenta, em função da magnitude dos movimentos demográficos

Todavia, abertas ainda as frentes de guerra, com destruições múltiplas provocadas pelos incêndios, queimando e matando centenas e milhares de espanhóis de ambos os lados, surge em 1938 uma obra, *La restauración política y la escuela primaria*³, que é a expressão dramática de uma Espanha em guerra civil total,

a sangrar por feridas graves e profundas, e que revela, também, uma verdadeira guerra escolar, como manifestação do cenário de violência real e simbólica que então se vivia

Nesse livro, desfia-se toda a nova filosofia do regime franquista no que diz respeito à escola primária. Este texto converte-se no representante do projecto educativo do regime. Assim, parte-se de um cenário de dilaceração e decadência morais a que, segundo o autor, terá conduzido a escola republicana ao abandonar o ensino de hábitos morais às crianças. Por isso, a nova escola irá construir na infância novos hábitos de ordem, responsabilidade e compromisso com a pátria. E, neste sentido, o professor irá desempenhar uma tarefa importante, “a missão de espanholizar a escola e a juventude”. O professor será o artista do novo Estado, por ser o reitor da infância.

Há que transformar a consciência nacional da criança; e quem primeiro impõe essa consciência é o professor; recusar definitivamente a sugestão rousseauiana de respeito pela criança através da inibição, que é o caminho do laicismo; e a oposição contrária à educação religiosa. O professor cimenta ideias; e mediante elas forma cidadãos. Talvez não colha o fruto, mas não importa; semeia para a Pátria que está orgulhosa dele; que dessa semente e dessa modelação de caracteres saiam os continuadores dos nossos irmãos de trincheira. O professor, junto com o sacerdote, são na Nova Espanha os eixos fundamentais da espiritualidade da nossa Pátria, pois a criança estará nas suas mãos durante o período íntegro da sua maleabilidade educativa ⁴.

A escola primária da Espanha nacional-sindicalista é o fermento da futura grandeza da Pátria, ou, pelo contrário, a sua fraqueza, se negligenciar e não cumprir a missão que lhe é atribuída. A nova Espanha exige uma escola do tempo forte, que forme uma juventude sem miopia espiritual, “uma juventude sem atribuições senis, vertical, activa e altiva; ibérica por natureza, cosmopolita por missão; de tipo militar, disciplinada e resistente”.

O autor também dedica um capítulo especial à escola rural, de onde seleccionámos algumas ideias centrais, acompanhadas por textos elucidatórios. A escola rural, a do campo, é a mais importante para este autor, que se irá converter no primeiro ideólogo, porque será a escola que melhor conserva o novo modelo moral, dotado de um novo carácter. Explica, com um enorme cinismo agressivo, que os anteriores governantes republicanos, detentores de falsas modernidades urbanas, teriam abandonado a escola rural. Por isso, era necessário defender a restauração da nova escola rural. Segundo o autor, os republicanos limitavam-se a ensinar as quatro letras e a suscitar o interesse pelas ideias da cidade. “O professor procurava as ideias da cidade, sucedendo-lhe outro e outro que faziam precisamente o mesmo” (pág. 32). E isso fazia com que na escola rural não houvesse continuidade, e por isso os esforços eram falhados. Enquanto na cidade havia espectáculos, cinemas, fábricas, jornais. A escola rural ficava abandonada e só.

Mas a escola rural é fundamental, importante, definitiva, dentro dos esquemas

dos novos governantes políticos, pelo que para lá deverão ir os melhores professores (diz com uma boa dose de retórica nalguns textos), para salvar os valores enterrados do mundo rural, que são as essências eternas de Espanha, e da nova Espanha que pelas armas sairá vencedora.

É extremamente revelador o que é escrito pelo professor Cipriano Marquina, no ano de 1938:

Nessa escola rural, apesar das suas imperfeições, conservava-se a clássica tradição de Espanha, totalmente esquecida, tal como foram esquecidos alguns rios, para aparecer mais poderosa nessa juventude heróica que constitui a maior revelação da imortalidade de Espanha. No coração do homem espanhol do campo vive acesa a chama da religião e da Pátria, tal como o fogo sagrado inextinguível dos persas, somente alimentado pelas lascas da tradição familiar; o calor da igreja e a acção animadora do professor esquecido. Prestem-se as maiores homenagens a essa escola isolada que modela o carácter aldeão; que sabe das suas dificuldades e das suas condições paradoxais; que foi justificada pelos antepassados, mas que, simultaneamente, se afirmou com alguma volubidade: se em 1814 não deixou nenhum francês entre os Pirenéus e Algeciras, dez anos mais tarde, em 1823, recebia-os com entusiasmo. A escola rural pede apoio e justiça, para si e para o povo, em proveito da tradição, fermento nacional através do qual foi possível, actualmente, a fermentação patriótica. E agora que a Espanha ressurgiu, também a escola rural quer hinos e desfiles, ou seja, um modelo militar, para que possa reflectir-se no povo. Vimos grandes manifestações em Espanha, que assumiram formas verdadeiramente colectivas; disseram-nos que houve manifestações populares na Alemanha e Itália com perfis e estruturas militares. É a disciplina social que nasce da nova concepção que a sociedade tem de si. Que em tempos de luta há-de responder a um anseio de organização militar; isso é-nos transmitido pelas setas erectas da nossa bandeira nacional. Tal como o jugo; forte como o espírito da raça. Que se saiba, a escola rural também tem os seus desfiles infantis, menos vistosos do que os que acontecem nas avenidas, mais guerreiros, mas que significam a sua decidida incorporação no sentimento imperial de Espanha. E para que não faltasse o supremo detalhe militar, pediria que o anúncio aos alunos se fizesse com o toque de tambor. Como no império de Napoleão⁵.

Aqui a combinação de fascismo, com claras ressonâncias germânicas e italianas, militarismo total e entusiasmo pela tradição do povo, dos povos, conduzem a uma apaixonada revalorização da escola rural, da pequena aldeia, inclusive mistificando-a em contraste com as hipotéticas desvantagens ideológicas das escolas primárias na cidade. A verdade genuína está nas aldeias, nas pequenas povoações, nas suas pequenas escolas rurais. Aí encontramos a solução para a revalorização de Espanha através da escola rural. Nessa escola rural é possível, e desde o início será obrigatório estimular o modelo de escola falangista, nacional-sindicalista, muito mais ideológico do que técnico⁶.

Para melhor compreender a genuína filosofia da escola rural do franquismo devemos utilizar um reconhecido manual sobre o assunto, que nos irá acompanhar nas próximas reflexões. É uma autêntica agenda, um manual de uso, pois tanto

oferece orientações gerais, como propostas muito práticas para os usuários, principalmente para os professores, que são o eixo central desta escola rural. Referimo-nos à obra do inspector do ensino primário, Agustín Serrano de Haro, intitulada *La escuela rural*, escrita em 1941, com várias reedições, atingindo a sua vigência nos anos sessenta, se bem que no final já com algumas adaptações e acrescentos⁷.

O ponto de partida da sua proposta pedagógica para a escola rural situa-se nas condições reais do estabelecimento escolar, base de influência social mais determinante da nova Pátria em reconstrução. A escola rural na Espanha dos anos quarenta é, sem dúvida, a mais numerosa entre os diferentes tipos de escola primária, é a que chega a todos os sectores rurais onde vivem grupos sociais menos favorecidos economicamente, os deserdados mais evidentes da época. Mas, até então, a escola rural não tinha uma legislação adequada, específica e acertada, pois sempre se pensou nas suas melhorias a partir da cidade, e com critérios urbanos que, por vezes, se distanciam do conhecimento da realidade rural. Naquela Espanha rural o sector agro-pecuário continua a ser o dominante, o que acolheu em 1950 mais de 65% da população.

A escola rural dos anos quarenta, no pós-guerra, é contudo uma oportunidade para o sossego, para a auto-educação, diz o nosso autor que tem um pensamento positivo, para aproveitar as condições e ritmo vital que a natureza oferece, para que o professor estabeleça uma relação de fácil sensatez e cordialidade com as crianças, suas famílias e camponeses em geral.

As escolas rurais espanholas dos anos quarenta do século XX, dentro de um contexto generalizado de penúria económica do Estado, de fome generalizada para milhões de espanhóis, não podem aspirar a espaços agradáveis. Pelo contrário, “estão alojadas em espaços feios, escuros, insanos, que encham de tristeza os olhos e a alma de desalento” (pág. 24). Não há uma solução fácil para o problema dos locais escolares rurais⁸, porque a pobreza que reina nestes locais e nas famílias camponesas espanholas não permite grandes alternativas. Espanha demorará muito tempo até poder oferecer aos alunos escolas rurais dignas e atractivas, fundamental exigência dos avanços pedagógicos e dos direitos das crianças camponesas. O mesmo se pode dizer das residências para os professores que os municípios rurais tinham a obrigação de oferecer aos professores do ensino primário. Em centenas de casos de aldeias espanholas dos anos quarenta as residências concedidas aos professores eram inapropriadas, quando não indignas, e autênticas barracas.

Ao professor da nova Espanha emergente, são pedidos compromissos expressos que estão muito bem resumidos neste texto, escrito em 1938, numa época em que as armas ainda fumegam e em que a lei é imposta pela força:

Como professor do novo e esplendoroso Estado de antigas ressonâncias imperiais, terás três grandes virtudes que o invicto *caudillo* pretende incutir no povo espanhol: Serviço, Irmandade, Hierarquia. Professor, tens que cumprir o teu serviço com a dedicação de um monge e a rigidez e eficácia de um soldado; e que de aqui em diante toda a vida dos espanhóis deve ser metade quartel e metade convento⁹.

O professor é essencial, a chave do êxito na escola rural, diz-se, com uma retórica oficial que não se esconde, se bem que, no fundo, seja razoável. “Nem o local, nem o material, nem a frieza do ambiente, nem a pobreza de recursos de todos os tipos, espirituais e materiais, deverão ser uma dificuldade insuperável para realizar nas aldeias uma obra educativa gigantesca, desde que haja o essencial: o PROFESSOR”¹⁰. Todavia, tem que ser uma profissão exercida por vocação, como a de sacerdote ou como a de médico, com ânsia de trabalhar.

O Estatuto do Magistério Nacional Primário, que é aprovado em 1947, decisivo na vida dos professores rurais durante todo o franquismo¹¹, atribui à escola rural uma posição de segregação, em comparação com as outras escolas primárias, principalmente daquelas que estão situadas em comunidades rurais mais pequenas e isoladas.

Os pedagogos do regime de Franco dizem que a escola rural deve ser principalmente direccionada para as crianças camponesas. Mas numa Espanha em que os indicadores de analfabetismo adulto são todavia escandalosos, há que encontrar uma solução para esse problema logo a partir da escola rural. Não nos podemos esquecer de que em 1950 a taxa global de analfabetismo líquida em Espanha alcançava 14,2% da população, se bem que várias províncias tinham taxas inferiores a 3% (a maioria de Castela e Leão, País Basco e Aragão, por exemplo) enquanto outras atingiam nada menos do que 35% (várias de Andaluzia ou Canárias), e os 30% da população analfabeta (a maioria dos sub-planaltos do sul da península e ilhas), são de origem camponesa. É por isso que a escola rural deve também acolher, no turno da noite, jovens e adultos camponeses, com a finalidade de lhes ensinar os hábitos culturais, os seus fundamentos ou, pelo menos, a leitura, a escrita, o cálculo e a doutrina cristã, e, sobretudo, os valores dos ideais que naqueles anos prevaleciam em toda a acção do Estado nacional-católico, neste caso transmitidos através da escola rural¹².

A actuação do franquismo na educação de adultos, no âmbito da escola rural, nos primeiros anos, teve muito mais fracassos do que êxitos. Mais adiante, em 1950, é criada a Junta Nacional contra o analfabetismo, e, a partir de 1954, iniciam-se campanhas contra o analfabetismo, que terão algum significado em meados dos anos sessenta. As deficientes condições materiais e pedagógicas destas actividades com adultos nas escolas rurais reflectem-se na debilidade do modelo, que não contempla qualquer complemento económico que seja atractivo para um professor de baixo salário, com precárias condições de vida, baixo estatuto, e responsável por muitas crianças ao longo de um esgotante dia de trabalho.

A escola rural, enquanto elemento dinamizador do povo, da comunidade rural, é finalmente decisiva, como continua o nosso autor. O professor rural tem que colaborar com os pais, os que são somente encarregados de educação dos filhos. Irá fazê-lo de forma harmónica e simples com os sacerdotes¹³, pois a solução passa pela presença dos sacerdotes na escola rural, uma vez que devem vigiar para que não se ensine nada às crianças que vá contra a fé e moral cristãs, e eles mesmos

serão responsáveis pelo ensino da doutrina cristã. O professor terá que procurar colaboração assídua com o médico, para não expor os seus alunos, e a si mesmo a outros males piores, e antes de tudo ir estabelecendo entre as crianças normas de higiene e prevenção sanitária. As relações e colaboração do professor rural com a inspecção escolar são a chave do êxito para a resolução dos problemas, dado o isolamento da escola rural¹⁴.

Finalmente, a escola deve ser considerada como um fermento cultural em muitos outros aspectos da vida da aldeia, da comunidade rural, colaborando com actividades e programas do Movimento Nacional, com as Missões Pedagógicas¹⁵, com o Tribunal Tutelar de Menores, com as compilações das tradições folclóricas populares, com a preservação do património histórico artístico. O artigo 43º da Lei de Educação Primária de 1945 é muito explícito quando refere: “A missão da escola para a formação do ambiente cultural da localidade será completada com a utilização de práticas que façam do professor o propulsor, entre a comunidade popular, da importância da cultura em todos os aspectos da vida. O professor organizará conferências e leituras sobre temas históricos, sociais e folclóricos, especialmente entre os designados pela inspecção”.

2 - O modelo pedagógico da escola rural no franquismo (1939-1951)

Ao colocarmos a questão sobre o modelo pedagógico da escola rural neste primeiro período do franquismo, somos levados a reflectir sobre os modelos de escola urbana e rural, se adoptarmos um critério de reflexão em função da localização geográfica. Mas também pode surgir a questão sobre o fundamento do modelo de racionalidade pedagógica, seja qual for a tipologia da escola-aula, independentemente da grandeza ou número dos agentes intervenientes (crianças e professores), ou da tipologia do grau de ensino em função da distribuição diferenciada das crianças por níveis de idade ou ritmo intelectual e de aprendizagem.

O velho modelo do sistema mútuo de ensino, que consiste na organização do espaço aula, herdado do século XIX, para uma escolarização massiva e de baixa qualidade, como explicita muito bem Hamilton, comum a todo o Ocidente¹⁶, desde o começo do século XX que em Espanha vai sendo progressivamente substituído pela graduação do ensino. O sistema graduado de ensino é incrementado em Espanha de maneira progressiva a partir, exactamente, de 1900. O processo começa com lentidão nas cidades e, pouco a pouco, vai chegando ao domínio rural, mas quando começa a guerra (1936-1939), e nos anos posteriores, boa parte das escolas primárias espanholas não são graduadas, principalmente no espaço rural. De facto, a graduação da escola primária e a sua modernização é o grande desafio pedagógico que se coloca ao sistema educativo espanhol para todo o século XX¹⁷

Na Espanha dos anos quarenta, que é a que estudamos aqui, fica muito por fazer no processo de graduação da escola primária, principalmente entre as populações

rurais mais dispersas. Nestes anos, há, todavia, uma grande dívida técnica e de racionalidade científica escolar pendente a instalar no meio rural espanhol, à margem do fundo ideológico que existe e da indubitável pressão da lógica dos vencedores da guerra. Esta situação é insuperável, tendo em consideração que a situação existente foi imposta pelo sector conservador através da violência das armas, sector esse representado ideológica e politicamente pela igreja católica na sua versão mais ultraconservadora e pelo fascismo na generalidade.

Quando tomamos conhecimentos da vida das escolas rurais espanholas dos anos quarenta, o que primeiro constatamos, através do exercício da etnografia histórica, é o desejo de pôr fim a todas as características incrementadas pelo republicanismo (que o oficialismo pedagógico do regime denomina modelos estrangeirados) e de manter a estrutura pedagógica tradicional que os liberais moderados tinham traçado desde 1838, com Pablo Montesino na liderança.

Serrano de Haro diz que para organizar pedagogicamente a escola rural em Espanha, é necessário que nos deixemos de estrangeirismos enganadores e canalizar o trabalho normal dos professores para o que é essencial. “O essencial na escola rural é, quase sempre, obra do espírito cristão, do senso comum e da vocação, postos ao serviço da cultura, da cultura sem distorções nem ilusões, eis o que se deve pedir a um professor.” Quando existem e se harmonizam estes quatro elementos, temos um professor e uma escola cujo rendimento educativo não tem que ter qualquer inveja relativamente aos ensaios progressistas avaliados e generalizados¹⁸. Por isso, antes de mais nada, o professor e os pais têm que aceitar sem qualquer crítica o modelo ideológico imposto pelo regime do general Franco.

No entanto, se nos detivermos na análise de diferentes elementos da cultura escolar dos estabelecimentos rurais da Espanha do pós-guerra, tentando reconstituir o puzzle, com a ajuda da museologia pedagógica e da etnografia histórico-educativa¹⁹, comprovamos que no fundamental apenas se evoluiu ao longo de um século na pedagogia escolar. Tudo o que Pablo Montesino organiza no seu influente e antigo Regulamento das Escolas Primárias de 1839, ratificado na norma mais importante, como é a Lei Moyano de 1857, persiste uma continuidade surpreendente na escola primária espanhola destes anos, e, em particular, na escola rural. De facto, persiste até 1970 nos seus diversos elementos: a organização da sala, a decoração, a distribuição horária, boa parte dos materiais, enfim, tudo o que constitui a norma interna da escola nos detalhes mais insignificantes.

Chama-se a atenção, e já tivemos ocasião de o referir, para uma enorme precariedade de meios e dos edifícios escolares rurais, muitos deles completamente inadequados para o exercício do trabalho pedagógico. O franquismo põe em marcha, quando já não fazia tanta falta, a partir de 1954, diferentes campanhas massivas de construções escolares rurais e de modernização de espaços para escolas, pois já se tinha iniciado o êxodo massivo de espanhóis do campo para a cidade, e as escolas rurais começavam a ficar vazias, facto que atingirá o seu auge,

com algum dramatismo e de forma generalizada, nos anos setenta.

Também é visível na escola rural da Espanha destes anos a pobreza e limitação de meios pedagógicos, quer de utensílios, de mobiliário e de materiais como livros escolares. Até à publicação dos questionários de 1953 e à criação em 1958 do CEDODEP não se inicia, de maneira alguma, o processo de modernização pedagógica das escolas primárias espanholas, e muito menos o das rurais. E desde aí, até à implantação da Lei Geral de Educação não verificamos nenhuma aproximação tecnológica a outras escolas primárias europeias, salvo raras excepções. Quando acontece, é na clandestinidade, como acontece com as escolas rurais que chegando aos anos sessenta se sintonizam e relacionam com a tradição escolar de Celestin Freinet, de França.

Livros escolares de baixa qualidade editorial e pedagógica, são submetidos a uma forte pressão ideológica²⁰, utensílios herdados de gerações escolares anteriores, cadernos pessoais das crianças que mostram sinais, quer da rigidez ideológica imposta pelas autoridades tal como das tremendas limitações a que está exposta a actividade escolar diária na escola rural, e o pouco efeito que surte sobre a cultura do povo. Essa é a dolorosa realidade.

Não obstante, a escola rural continua a ser considerada como a reserva espiritual da pátria, o símbolo da Espanha mais autêntica, na lógica argumentativa dos vencedores representantes da administração franquista. Por isso, também Espanha e a sua história devem estar dentro da escola rural, no currículo real de cada escola²¹. Espanha deve-se afirmar na escola rural, ao mesmo tempo que se deve afastar de uma Europa alheia às tradições hispânicas²², e que só trouxe à nossa história conflitos e guerras. Espanha não necessita da Europa nestes primeiros anos de franquismo mais isolado internacionalmente, e voluntariamente autárquico, porque a história e projecção de Espanha está principalmente na América, na sua futura projecção exterior, que aspira a ser imperial. Por essa razão, há que ensinar às crianças nas escolas primárias rurais a desprezar a Europa (com excepção da Alemanha, Itália e Portugal²³), pelo menos nesta fase do pós-guerra. Logo virão outras etapas diferentes de abertura para o regime franquista.

Mas para enriquecer, para renovar a força interior, para revitalizar, Espanha necessita do seu mundo mais profundo, que se encontra no mundo rural, no contexto da escola rural. Isso mesmo está contemplado num dos livros de leitura obrigatória nas escolas rurais, o do sacerdote Juan José Pablo Romero²⁴.

Para finalizar

Quando se conclui cronologicamente o nosso estudo da escola rural em Espanha, ao tomar posse Joaquín Ruiz Jiménez como ministro da Educação Nacional em 1951, ainda não se tinha iniciado a modernização pedagógica da escola rural, algo que só acontecerá na etapa seguinte do regime franquista. As grandes transformações estruturais da sociedade espanhola nos aspectos económicos, migratórios e

sociais vão começar a surtir efeitos a partir da década dos anos cinquenta, e, em particular, a partir de 1959. Isto é o que vai condicionar realmente a marcha real da escola rural em Espanha noutras direcções e com outros pressupostos, e será objecto de investigação noutro momento e lugar.

Desde o início da guerra e pós-guerra a sociedade espanhola vive uma paralisia quase absoluta, vive encurralada na autarquia, o que se converte num modelo regressivo, olhando muito mais para trás do que para a frente. O franquismo tem muito poucas relações com o exterior e receia qualquer possível interferência dos países europeus democráticos (não tanto da Alemanha nazi, da Itália fascista e de Portugal do salazarismo).

Assim, partindo da base inquestionável de um mundo rural dominante em todos os aspectos da vida (sistema de produção, relações sociais, crenças, tradições, ordem familiar, cosmovisão), os modelos educativos levados a cabo em Espanha são efectuados principalmente na escola rural. Mas é um modelo de escola rural que não muda, nem o deseja do ponto de vista técnico e pedagógico, remontando aos modelos de escola rural do século XIX. E, quando há alterações, elas são efectuadas sob orientações muito tradicionais e conservadoras. Por essa razão, o regime de Franco considera que a escola rural é o lugar ideal de socialização e recomendação dos valores ideológicos do regime vencedor na disputa bélica. Também é por estas razões que a escola rural é o âmbito normal e suficiente de uma aprendizagem muito elementar e simples, como na fase da história de Espanha em que os seus novos governantes pensavam que devia ser conteúdo da cultura básica dos espanhóis, na sua maioria camponeses.

O argumento final que é útil ao regime de Franco para manter desactivada a escola rural, carente de inovações e de processos de modernização, é que a escola rural, dentro do mundo rural espanhol, deve ser a depositária das essências espirituais espanholas perante as tentativas estrangeiras de alterar as coisas. É uma aposta no imobilismo social, próprio de um regime político autoritário e militarizado como é o franquismo, sustentado ideologicamente por duas forças-chave na organização do modelo de estruturação social como são a igreja católica e o nacional-socialismo falangista. A escola rural converte-se, assim, num instrumento de controlo, legitimação e socialização ideológicas dentro das expectativas do franquismo dos anos quarenta. Posteriormente, este estado de coisas alterar-se-á. Mas isso já pertence a outro trabalho que, sem dúvida, realizaremos.

Notas

¹ Para uma visão de conjunto sobre a escola rural de Espanha do século XX, remetemos para Hernandez Díaz, José María.: "La escuela rural en la España del siglo XX", *Revista de Educación*. Número Extraordinario "La educación en España en el siglo XX". Año 2000, pp. 113-136. Sobre a escola primária durante todo o período franquista, será de grande utilidade, Navarro Sandalinas, Ramón. (1990): *La enseñanza primaria durante el franquismo*. Barcelona: PPU. Também Camara Villar, Gregorio. (1984). *Nacional Catolicismo y escuela. La socialización política del franquismo (1936-1951)*. Jaén: Hesperia.

² O número de trabalhos sobre a repressão franquista do magistério desenvolveu-se ao longo dos anos, cfr. Morente Valero, Francisco. (1997) *La escuela y el Estado Nuevo: la depuración del magisterio nacional (1936-1943)*. Valladolid: Ed. Ambito. Estudámos alguns exemplos, tal como o que aconteceu com Nicolás

- Escanilla, cfr. Hernandez Díaz, José María.: “La pedagogía histórica de Nicolás Escanilla”, pp. 135-146, en (2001). *Cuestiones actuales de filosofía y pedagogía*. Salamanca: Hespérides. Sobre várias regiões e milhares de professores há já inúmeras investigações.
- ³ Cfr. Marquina Hidalgo, Cipriano.(1938). *La restauración política y la escuela primaria*. Bilbao: Artes Gráficas Grijelmo.
- ⁴ Cfr. Marquina, C., iam cit. pp. 45-46.
- ⁵ Cfr. Marquina, C., iam cit., pp.32-34.
- ⁶ “A escola de Falange dedicar-se-á a incutir religião, patriotismo, cidadania, nobres e elevados sentimentos, e formará a criança com base na nossa psicologia e na nossa história tradicional, educará... enquanto ensina a ler o que se deve ler, e a escrever o que seja digno de expressar-se por meio dos sinais gráficos”, cfr. Galvez Carmona, Gonzalo.(1938). *Nuestra pedagogía*. Granada: Impr. y Libr. Prieto, p. 48.
- ⁷ Cfr. Serrano de Haro, Agustín. (1941). *La escuela rural*. Madrid: Edit. Escuela Española. Para citar, usamos a edição de 1964, que é a terceira, e ampliada.
- ⁸ “Vi muitos professores preocupados por não terem vidros nas janelas da sua Escola. Mas também visitei muitíssimas escolas nas quais a melhor coisa que se podia fazer às crianças e ao próprio professor era precisamente partir os vidros, para que aquele cheiro insuportável e doentio saísse e entrasse ar puro carregado de elementos vitais”, Serrano de Haro, 1964, p. 32.
- ⁹ Cfr. Galvez Carmona, Gonzalo (1938). *Nuestra pedagogía*. Granada: Edit. Librería Prieto, pp. 71-72.
- ¹⁰ Cfr. Serrano de Haro, Agustín, op. cit. P. 58
- ¹¹ Cfr. . Servicio Español del Magisterio (SEM) (1948). Estatuto del magisterio nacional primario. Texto de la disposición oficial acordada el 24 de octubre de 1947. Madrid.
- ¹² Cfr. Beltran Llavdor, Jesús.: “Usos alfabetizadores de la postguerra española”, pp. 46-66, en *La Comunidad de Madrid por la alfabetización*. Madrid, Consejería de Educación, 1990.
- ¹³ “Mais do que simples colaboração, íntima compenetrção, cordial e recíproca, para a grande empresa comum. E isto não só por imposição das respectivas legislações e concordantes apostolados, mas por obra e graça do espírito de caridade que deve irradiar os seus corações para praticar o bem, todo o bem, o bem da terra, o bem do céu, aos mesmos filhos de Espanha e de Deus”, Serrano de Haro, Agustín, op. cit. p. 211.
- ¹⁴ “Temos que afirmar que se toda a escola necessita de assistência e relação com a inspeção, muito mais, com quase protesto de angústia, exigem as escolas rurais, tão esquecidas e tão soltas; e sobre as que, não obstante, temos carregado a responsabilidade formidável de manter vivos os sagrados vestígios em toda a imensidão do corpo e da alma da nação”, cfr. Serrano de Haro, Agustín, 1964, p. 225.
- ¹⁵ Segundo o artigo 32º da Lei de Educação Primária de 1945 estas missões pedagógicas (antagónicas à que promoveu a Segunda República) são instituições organizadas pelo Estado para estender a cultura aos meios rurais.
- ¹⁶ Cfr. Hamilton, David, (1991). De la instrucción simultánea y el nacimiento de la clase en el aula, *Revista de Educación*. Madrid. 296 (1991) 23-42
- ¹⁷ Cfr. Viñao Frago, Antonio. (1990). *Innovación pedagógica y racionalidad científica. La escuela graduada pública en España (1898-1936)*. Madrid: Akal. Veja-se, também, Hernandez Diaz, José María. De niño a escolar. El alumno como construcción pedagógica, pp. 99-119, en Escolano, Agustín (2006). *Historia ilustrada de la escuela en España. Dos siglos de perspectiva histórica*. Madrid: FGSR.
- ¹⁸ Cfr. Serrano de Haro, Agustín, 1964, p. 155.
- ¹⁹ Cfr. Hernandez Díaz, José María.: Los museos de educación en España, en Fernandes, Rogerio; Felgueiras, Margarida (orgs.) (2000). *A escola primária: entre a imagem e a memória*. Porto: Projecto Museu Vivo da Escola Primária, pp. 94-104; Díaz (1993). Las exposiciones pedagógicas y la historia material de la educación, en *Educación y europeísmo. De Vives a Comenio*. Málaga: SEDHE- Universidad de Málaga, pp. 321-332; Idem: (1997). La etnografía escolar. Entre el corazón y la razón Vela Mayor. Extraordinario sobre Memoria de la escuela. II (1997) 43-51.; Díaz (2003). *Museos pedagógicos y exposiciones educativas en España en los inicios del siglo XXI*, pp. 117-180 en *O museismo pedagógico en España e Portugal: Itinerarios, experiencias e perspectivas*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-MUPEGA, 2003.
- ²⁰ Cfr. Garcia Crespo, Clementina (1983). *Léxico e ideología en los libros de lectura de la escuela primaria*. Salamanca: Universidad de Salamanca,
- “Um dos resultados mais cruéis do liberalismo de importação infiltrado na vida espanhola ao longo do século XIX foi a anestesia letal do patriotismo. E termina nos nossos dias o crime através de doutrinas marxistas, pretendendo arrancar de raiz e dissolver num internacionalismo amargo e sem alma o fermen-

to maternal gerado pelo amor a Espanha. No meio rural o mal é muito maior; porque nos meios cultos a verdade, ainda nas épocas de decadência, é que se esforçam por acelerar o passo, consegue-se, pelo menos, a honra da luta, e muitas vezes, na própria afronta que fere encontra a exaltação. Mas nas zonas inertes da população rural, quando se deposita uma grande difamação histórica, fica a mentira criada e é impossível prever as trágicas convulsões a que pode dar origem o seu súbito e violento despertar”, cfr. Serrano de Haro, Agustín, 1964, p. 139.

- ²¹ Cfr. Hernandez Diaz, José María.: A Dios gracias, África empieza en los Pirineos. La negación de Europa en los manuales escolares de la España de posguerra (1939-1945), *Historia de la Educación*. Salamanca. 20 (2001) 369-392
- ²² Cfr. Fernandez Soria, Juan Manuel.: Miradas desde la España franquista a la cultura y la educación del Estado Novo português, *Eixo Atlântico. Revista de pensamento*. “La mirada del otro”. Para una historia de la educación en la Península Ibérica. 4 (2003) 123-170.
- ²³ Cfr. Pablo Romero, Juan José. (1938). *La escuela para Dios y para España. Libro destinado a la lectura religioso-patriótica en todas las escuelas*. Pasajes.

Referências Bibliográficas

- Beltran Llavdor, Jesús (1990). Usos alfabetizadores de la postguerra española. In *La Comunidad de Madrid por la alfabetización* (pp. 46-66). Madrid: Consejería de Educación.
- Camara Villar, Gregorio (1984). *Nacional Catolicismo y escuela. La socialización política del franquismo (1936-1951)*. Jaén: Hesperia.
- Fernandez Soria, Juan Manuel (2003). Miradas desde la España franquista a la cultura y la educación del Estado Novo português, *Eixo Atlântico. Revista de pensamento*. “La mirada del otro”. Para una historia de la educación en la Península Ibérica, 4, 123-170.
- Galvez Carmona, Gonzalo (1938). *Nuestra pedagogía*. Granada: Impr. y Libr. Prieto.
- García Crespo, Clementina. (1983): *Léxico e ideología en los libros de lectura de la escuela primaria*. Salamanca: Universidad de Salamanca,
- Hamilton, David, (1991). De la instrucción simultánea y el nacimiento de la clase en el aula, *Revista de Educación*. Madrid, 296, 23-42.
- Hernandez Diaz, José María (2000). La escuela rural en la España del siglo XX, *Revista de Educación*. Número Extraordinario. La educación en España en el siglo XX, 113-136.
- Hernandez Diaz, José María (2000). Los museos de educación en España, en Fernandes, Rogerio; Felgueiras, Margarida (orgs.) *A escola primária: entre a imagem e a memória* (pp. 94-10). Porto: Projecto Museu Vivo da Escola Primária.
- Hernandez Diaz, José María (2001). A Dios gracias, África empieza en los Pirineos. La negación de Europa en los manuales escolares de la España de posguerra (1939-1945)”, *Historia de la Educación*, 20, 369-392.
- Hernandez Diaz, José María (2006). De niño a escolar. El alumno como construcción pedagógica. In Escolano, Agustín *Historia ilustrada de la escuela en España. Dos siglos de perspectiva histórica* (pp. 99-119). Madrid: FGSR.
- Marquina Hidalgo, Cipriano (1938). *La restauración política y la escuela primaria*. Bilbao: Artes Gráficas Grijelmo.
- Navarro Sandalinas, Ramón (1990): *La enseñanza primaria durante el franquismo*. Barcelona: PPU.
- Pablo Romero, Juan José. (1938). *La escuela para Dios y para España. Libro destinado a la lectura religioso-patriótica en todas las escuelas*. Pasajes.
- Serrano de Haro, Agustín (1941). *La escuela rural*. Madrid: Edit. Escuela Española.
- Viñao Frago, Antonio. (1990). *Innovación pedagógica y racionalidad científica. La escuela graduada pública en España (1898-1936)*. Madrid: Akal.